

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)

Pesquisas, processos e práticas em
arquitetura
e urbanismo

2

**Atena**
Editora
Ano 2022

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)

Pesquisas, processos e práticas em
arquitetura
e urbanismo

2

**Atena**
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Pesquisas, processos e práticas em arquitetura e urbanismo 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas, processos e práticas em arquitetura e urbanismo
2 / Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0721-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.218220911>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Batista, Fabiano Eloy
Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

Em sua segunda edição, a obra **‘Pesquisas, processos e práticas em arquitetura e urbanismo 2’** busca reunir textos que dialoguem com temas atuais e importantes nos estudos da arquitetura e do urbanismo. Assim, ao longo desses seis capítulos é possível vislumbrar textos com alto rigor científico, críticos e com temas de suma importância para a prática da profissão.

Iniciando as discussões, temos o texto intitulado ***Avaliação de Inteligibilidade em salas de aula via aurlizações simuladas***, onde os autores buscaram consolidar uma metodologia para avaliar a inteligibilidade da fala em salas de aula. É apresentado, ao longo do texto, um estudo de caso com duas salas de aula do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo principal da pesquisa foi o de validar a metodologia de avaliação da inteligibilidade em salas de aula sem a necessidade de efetuar um teste de articulação presencial, o que é particularmente útil em situações de pandemia, como o mundo vivenciou recentemente.

Dando continuidade às discussões, temos o segundo capítulo intitulado ***Cultura, técnica e política: fronteiras contemporâneas de resistência perante fragilidades socioespaciais e ambientais*** que apresenta fundamentos para a discussão dos limites e possibilidades da arquitetura e do urbanismo no Brasil, perante a reflexão teórica a partir de referências bibliográficas e documentais, considerando aspectos históricos, estruturais e conjunturais, tendo como premissa a noção de que cultura, técnica e política são temas articulados indissociáveis.

O capítulo intitulado ***Dicotomia na preservação: reflexões sobre o moderno na cidade de Goiás – GO*** parte do entendimento de que há uma lacuna no sentido de registro e reconhecimento oficial acerca do acervo arquitetônico moderno produzido ao longo do século XX na área de tombamento e entorno do Conjunto preservado de Goiás e busca refletir sobre a preservação destes exemplares classificados.

Do monumento isolado à paisagem cultural, compõe o quarto capítulo e busca contextualizar as ações de salvaguarda realizadas na cidade de Goiás - GO, que passaram do tombamento majoritário de seus monumentos isolados à atual proteção de seu conjunto histórico, englobando, ainda, a paisagem natural circundante.

No quinto capítulo, intitulado ***O impacto do ambiente de trabalho na saúde e na qualidade de vida do usuário – arquitetura saudável***, os autores buscam compreender os impactos do espaço físico sobre o seu usuário, com ênfase nos aspectos relacionados à saúde e qualidade de vida pertinentes ao ambiente de trabalho. Possuem o objetivo de construir uma revisão de literatura fundamentada nas correlações entre indivíduo-espço, bem como fazer um levantamento, com indicativos de cunho científico, dos fatores

causadores de impactos quanto à salubridade nos ambientes de trabalho.

Encerrando as discussões desta segunda edição, temos o artigo intitulado ***Revisão sistemática e bibliométrica da literatura sobre a ergonomia do mobiliário de salas de aula escolares brasileiras*** que teve como foco investigar a perspectiva de produção brasileira, em nível de pós-graduação, de trabalhos que abordam a importância da ergonomia do mobiliário de salas de aula escolares, com foco para a antropometria.

Espera-se que as discussões possam enriquecer ainda mais o debate sobre as práticas e os processos no campo da arquitetura, corroborando para ampliação dos debates a nível nacional e internacional. Por fim, desejamos que você tenha uma agradável e produtiva leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO DE INTELIGIBILIDADE EM SALAS DE AULA VIA AURILIZAÇÕES SIMULADAS

Ana Luiza Mahl

Roberto A. Tenenbaum

Viviane S.G. Melo

Gabriel B.R. Sampaio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209111>

CAPÍTULO 2..... 16

CULTURA, TÉCNICA E POLÍTICA: FRONTEIRAS CONTEMPORÂNEAS DE RESISTÊNCIA PERANTE FRAGILIDADES SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS

Vera Santana Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209112>

CAPÍTULO 3..... 38

DICOTOMIA NA PRESERVAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O MODERNO NA CIDADE DE GOIÁS – GO

Thalita Pereira da Fonseca

Karine Camila Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209113>

CAPÍTULO 4..... 55

DO MONUMENTO ISOLADO À PAISAGEM CULTURAL: UM BREVE PANORAMA DA EVOLUÇÃO DO ENTENDIMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE VALOR NO ÂMBITO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO A PARTIR DA CIDADE DE GOIÁS, GO

Thalita Pereira da Fonseca

Eduarda Oliveira Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209114>

CAPÍTULO 5..... 69

O IMPACTO DO AMBIENTE DE TRABALHO NA SAÚDE E NA QUALIDADE DE VIDA DO USUÁRIO – ARQUITETURA SAUDÁVEL

Rejane R. Pimenta

Darja Kos Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209115>

CAPÍTULO 6..... 92

REVISÃO SISTEMÁTICA E BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA SOBRE A ERGONOMIA DO MOBILIÁRIO DE SALAS DE AULA ESCOLARES BRASILEIRAS

Paula Scherer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209116>

SOBRE OS ORGANIZADOR	106
ÍNDICE REMISSIVO.....	107

CAPÍTULO 4

DO MONUMENTO ISOLADO À PAISAGEM CULTURAL: UM BREVE PANORAMA DA EVOLUÇÃO DO ENTENDIMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE VALOR NO ÂMBITO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO A PARTIR DA CIDADE DE GOIÁS, GO

Data de aceite: 01/11/2022

Thalita Pereira da Fonseca

Mestre; Docente Curso de Arquitetura e Urbanismo UFG - RG

Eduarda Oliveira Luz

Discente Curso de Arquitetura e Urbanismo UFG - RG

RESUMO: Desde seu primeiro tombamento, em 1951, até a expansão do perímetro salvaguardado de seu centro histórico, no início do século XXI, a cidade de Goiás reflete a ampliação que sofreu o debate acerca do entendimento de valoração que se atribui ao bem patrimonial. Intitulada Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2001, a cidade localizada no centro oeste brasileiro é caracterizada predominantemente pelo tecido urbano e casario remanescentes do período colonial, conservando suas técnicas e materiais. A partir da apresentação da preservação empreendida na cidade goiana, o presente trabalho considerou ser esta um rebatimento da trajetória das discussões a respeito da atribuição de valor no contexto nacional, em alinhamento ao debate internacional, refletido no conteúdo das Cartas Patrimoniais. O artigo procedeu, assim, à visitação destas últimas, entre outros documentos, a fim de contextualizar as ações de salvaguarda realizadas na cidade, que passaram do tombamento majoritário de seus monumentos isolados à atual proteção de seu conjunto

histórico, englobando, ainda, a paisagem natural circundante.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação; atribuição de valor; Cidade de Goiás; patrimônio.

ABSTRACT: Since its first heritage site, in 1951, to the expansion of the safeguarded perimeter of its historic center, at the beginning of the 21st century, the city of Goiás reflects the expansion that has undergone the debate about the understanding of valuation that is attributed to heritage assets. Named a World Heritage Site by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) in 2001, the city located in central western Brazil is predominantly characterized by the urban fabric and houses remaining from the colonial period, conserving its techniques and materials. From the presentation of the preservation undertaken in the city of Goiás, the present work considered that this reflects the trajectory of the discussions regarding the attribution of value in the national context, in alignment with the international debate, reflected in the content of the Heritage Charters. The article proceeded, therefore, to the visitation of them, among other documents, to contextualize the safeguard actions carried out in the city, which went from the majority of its isolated monuments to the current protection of its historical complex, also encompassing the landscape surrounding nature.

KEYWORDS: Preservation; attribution of value; City of Goiás; Heritage.

INTRODUÇÃO

O termo patrimônio, inicialmente, esteve associado à herança familiar, principalmente no que dizia respeito à bens materiais. Com o tempo, foi requalificado por adjetivos diversos (natural, histórico, cultural, entre outros) e pôde assumir vários sentidos. Dentre todos os possíveis, o que interessa a este estudo é o Patrimônio Histórico que se insere na noção de Patrimônio Cultural.

Com a evolução do conceito de preservação, e sua gradual valorização junto à sociedade, a “ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania” (FONSECA, 2005, p. 58 apud MORELATO, 2014, p.277) levou à utilização do termo patrimônio para denominar o conjunto dos bens de valor cultural que se tornaram propriedade da nação, dos cidadãos.

Assim, o entendimento de *patrimônio histórico* passou a indicar um bem destinado à fruição de uma comunidade (CHOAY, 2006, p. 11 apud MORELATO, 2014, p.275, 276). Seja material ou imaterial, o patrimônio carrega significado histórico, político e social, transformando-se em referência enquanto monumento histórico e cultural de um povo. Construir o chamado patrimônio histórico e artístico nacional, se torna um elemento de estratégia de poder e resistência, orientada à construção de identidades nacionais e educação civil (SANT’ANNA, 1995).

Este processo de reconhecimento e valoração sofreu ampliação em seu entendimento ao longo dos anos, e tal evolução pode ser apreendida a partir da experiência da preservação na Cidade de Goiás, antiga capital do estado de mesmo nome, localizado no centro-oeste brasileiro. Entende-se que o empreendido no campo da preservação na cidade goiana, apresenta-se como rebatimento da trajetória das discussões a respeito desta atribuição de valor no contexto nacional, em alinhamento ao debate internacional.

O artigo procedeu, assim, à contextualização das ações de salvaguarda realizadas na cidade, que passaram do tombamento majoritário de seus monumentos isolados à atual proteção de seu conjunto histórico, englobando, ainda, a paisagem natural circundante, refletindo o processo de ampliação sofrido em nível internacional nos debates acerca da valoração e preservação do patrimônio.

ATRIBUIÇÃO DE VALOR – BREVE PANORAMA DE ORIGEM E EVOLUÇÃO

A origem da conservação de monumentos históricos na Europa pode ser localizada a princípio na Itália, mais precisamente em Roma, por volta de 1420, quando Martinho V restabeleceu a sede do papado na cidade desmantelada à qual desejava restituir poder e prestígio (CHOAY, 2000, p. 29). O objetivo dos romanos em conservar aconteceu com a apropriação dos monumentos gregos, no intuito de confirmar o passado glorioso de Roma (SAPIEZINKAS, 2008).

Estes atos aconteceram mais orientados enquanto tentativa de apropriação da

arquitetura e de objetos de artesanatos utilizados pelos romanos, que àquela época ganhavam novos valores e usos numa tomada de consciência do valor histórico e artístico dos monumentos da Antiguidade, do que em um ato reflexivo de preservação deles, visto que não havia até então nenhum projeto de conservação.

Anos mais tarde, por volta de 1789, surgiu na França um pensamento coletivo quanto ao interesse de se preservar os monumentos logo após a Revolução Francesa, quando o país se encontrava destruído. O clima de revolta acabou com muitos dos símbolos das antigas classes dominantes, principalmente os edifícios medievais, e tanto estes quanto os monumentos que foram poupados eram considerados de grande valor simbólico.

Os monumentos patrimoniais na França contribuem para a construção da história, ou de uma memória histórica que vai mobilizar os sentimentos de pertencimento dos cidadãos em relação ao seu país, com uma função afetiva que relaciona patrimônio histórico e valores nacionais (SAPIEZINKAS, 2008, p.69).

Entre 1790 e 1795 acontece, então, uma primeira convenção onde, anos mais tarde, seria criada a Comissão dos Monumentos Históricos, cujo objetivo maior era inventariar e conservar as obras (SAPIEZINKAS, 2008).

Na Inglaterra, diferentemente, essa tomada de consciência quanto à necessidade de se preservar aconteceu de forma diferente. Berço da Revolução Industrial, o país se viu em uma situação de risco quando suas obras começaram a ser ameaçadas devido ao crescimento acelerado da industrialização. Foi a partir de então que os movimentos intelectuais em prol da conservação dos monumentos históricos protagonizados pelo escritor, sociólogo e crítico de arte, John Ruskin, ganharam força, atribuindo à memória uma destinação e um valor novos de monumento histórico (CHOAY, 2000, p. 139).

II. É como a centralizadora e a protetora dessa influência sagrada, que a Arquitetura deve ser considerada por nós com a maior seriedade. Nós podemos viver sem ela, e venerar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela.[...] E se de fato houver algum proveito em nosso conhecimento do passado, ou alguma alegria na idéia de sermos lembrados no futuro, que possa fortalecer o esforço presente, ou dar alento à presente resignação, há dois deveres em relação à nossa arquitetura nacional cuja importância é impossível superestimar: o primeiro, tornar a arquitetura atual, histórica; e o segundo, preservar, como a mais preciosa de todas as heranças, aquela das épocas passadas." (RUSKIN, 2008)

Mesmo envoltos no contexto da industrialização, os ingleses rejeitavam a substituição das edificações mais antigas, como aponta Choay (2000, p.139):

Eles não se conformam com o desaparecimento dos edifícios antigos em proveito de uma nova civilização, que encarnada pela América, constrói "um mundo sem uma lembrança, nem uma ruína." Para eles, os monumentos do passado são necessários à vida do presente; não são nem ornamento aleatório, nem arcaísmo, nem meros portadores de saber e de prazer, mas parte do cotidiano.

Ainda que também estivesse diretamente ligada ao advento da Revolução Industrial, a França testemunhou a legitimação da conservação de seu monumento histórico de forma distinta. A postura francesa se interessava essencialmente pelo valor nacional e histórico dos edifícios antigos, atrelando a eles uma concepção museológica. Ao mesmo tempo, defendia que, ainda que fosse um “precioso objeto concreto” que merecesse a conservação, dentro de um certo tempo estaria condenado, não havendo muitas possibilidades de ser salvo.

Apesar de enfrentarem de maneiras distintas a questão da valoração do monumento histórico, percebe-se como ponto pacífico a relação entre patrimônio e identidade: “indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver a sua identidade senão na duração e através da memória” (CHOAY, 2000, p. 95). E desde que começou a ser pensado, o termo patrimônio histórico apresentou-se diretamente atrelado aos bens imóveis, prédios e monumentos públicos, e aos valores simbólicos que eles representavam.

Mas se inicialmente empreendeu-se a preservação do monumento histórico isoladamente, foi necessária uma evolução desse conceito, que gradativamente incorporasse a cidade e trouxesse à tona a discussão acerca da valoração não apenas do monumento, mas do contexto em que ele se inseria:

para se ter a percepção da paisagem cultural como patrimônio e portanto, merecedora de ser preservada, o conceito de monumento isolado teve que incorporar, pouco a pouco, demais fragmentos da cidade, passando por um longo processo de discursos e estudos, ampliando-se e tornando a proteção do patrimônio a mais completa possível, dentro do contexto local (MORELATO, 2014, p.277).

Deste modo, o primeiro conceito que foi ampliado a partir do monumento isolado foi o de patrimônio urbano, quando a Europa do século XIX passava por grandes reformas urbanas, despertando a contestação da destruição das cidades antigas (CHOAY, 2006, p. 141 apud MORELATO, 2014, p.278). Nesse contexto, a crítica de Ruskin ao “interesse exclusivo pela ‘riqueza isolada dos palácios’” o coloca numa posição pioneira no que diz respeito à inclusão dos conjuntos urbanos, conforme destaca Morelato (2014, p.278), uma vez que defende a ampliação deste interesse pela malha urbana, que deveria considerar, inclusive, os conjuntos constituídos por simples habitações.

Entretanto, a efetivação da preservação de áreas urbanas como totalidade só se consolidou nas primeiras décadas do século XX quando começaram a surgir as primeiras documentações com interesse de preservação a nível nacional e internacional. Tais documentos eram as Cartas, Convenções e Recomendações, emitidas por organizações internacionais. Dentre elas, podem ser apontadas a Carta de Atenas, publicada em 1931, no intuito de generalizar as normas de restauração e preservação, e uma nova Carta de Atenas, em 1933, cujo objetivo era reiterar a preservação de edifícios isolados, bem como ampliar essa preservação aos conjuntos urbanos.

Posteriormente, entre fins da década de 1960 e início da década de 1970, o patrimônio foi valorado devido à dimensão econômica que girava em torno do seu valor de uso, em detrimento do seu valor cultural ou memorial. Foi superada a noção de valoração do bem enquanto obra de arte e sua integridade física, passando a englobar a dimensão social do patrimônio.

(...) nesse momento, o aspecto estético e formal do objeto urbano cede espaço para a dimensão social da preservação, culminando em se atribuir às áreas antigas urbanas um papel de “mantenedoras do equilíbrio emocional das populações e de garantia da preservação de sua qualidade de vida” (SANT’ANNA, 1995, p.52).

Em novembro de 1972, uma Conferência Geral foi organizada pela UNESCO¹, em Paris, e em sua décima sétima sessão, que ficou então denominada *Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural*, constatou-se que o patrimônio cultural e natural encontravam-se ameaçados, não apenas devido à causas naturais, mas sobretudo devido ao desenvolvimento social e econômico e agravado por fenômenos de alteração ou de destruição preocupantes. Ao considerar, ainda, que a degradação e o desaparecimento de bens culturais ou naturais acarretaria o empobrecimento irreversível do patrimônio e de todos os povos do mundo, a Convenção buscou estabelecer a inscrição de bens como Patrimônio Mundial.

Como desdobramento da *Convenção*, em 1976 foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial cuja atribuição era a inscrição e gestão de uma lista de bens, que poderiam ser inventariados ou classificados de duas formas distintas, como patrimônio natural ou patrimônio cultural (RIBEIRO, 2007, p.35). Os primeiros sítios foram inscritos a partir de 1978.

É ainda no final da segunda metade do século XX que surgem os primeiros discursos que superam o entendimento da salvaguarda do bem isolado ou do conjunto, e que se ocupam da preservação da paisagem (SANT’ANNA, 1995, p.34). Segundo pontua Ribeiro (2007, p. 88), a relevância e a excepcionalidade de um monumento seriam ampliadas ao ser associado à paisagem envolvente.

Compreendeu-se que a ambiência histórica e sociocultural do bem também era importante, e que o entorno imediato influenciava diretamente na percepção do bem protegido. Por ambiência passou-se a compreender o “quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (IPHAN, 2004, p. 220).

A preocupação se estendia à vizinhança do bem salvaguardado, no intuito de resguardar os aspectos da visibilidade dos monumentos: “Em certos conjuntos, algumas

1 A UNESCO, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura, teve sua constituição assinada em Londres em 1945, sendo de fato implementada em 1946, visando a cooperação internacional nas áreas de educação, cultura e meio ambiente. No Brasil a Representação da UNESCO foi estabelecida em 1964 e seu escritório em Brasília, iniciou as atividades em 1972, tendo como prioridades a defesa de uma educação de qualidade para todos e a promoção do desenvolvimento humano e social.

perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo” (IPHAN, 2004, p. 14).

Assim, tiveram início os *estudos de entorno* que apresentaram uma nova perspectiva aos aspectos de monumentalidade e excepcionalidade, abrindo espaço à noção do bem patrimonial enquanto documento, “registro da história nacional e da relação do homem com seu ambiente” (RIBEIRO, 2007, p. 94). É o momento identificado por Márcia Sant’Anna (1995) em que há a superação da ideia de cidade-monumento, passando ao entendimento de cidade-documento.

PATRIMÔNIO NO CONTEXTO BRASILEIRO A PARTIR DA CIDADE DE GOIÁS

Foi durante o século XX que o desenvolvimento e a expansão das cidades brasileiras se consolidaram. Buscando a modernização e almejando paisagens urbanas dignas das metrópoles europeias, acreditava-se se fazer necessário extinguir o passado colonial e primitivo para que o progresso chegasse, ainda que edificações antigas fossem demolidas, como aconteceu em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entretanto, tal postura não foi unânime, gerando mobilizações e as primeiras iniciativas no sentido de preservação.

Costuma-se situar as origens da noção de preservação do patrimônio no Brasil na década de 1920, quando são elaborados os primeiros projetos de lei a esse respeito (PINHEIRO, 2006, p.4). Na Cidade de Goiás, antiga capital do estado de mesmo nome, os primeiros esforços orientados ao reconhecimento de seu patrimônio aconteceram uma década depois.

Caracterizada por arquitetura de tipologia colonial, a cidade de Goiás apresenta o maior conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no estado (figura 1). Seu acervo salvaguardado é composto por monumentos isolados e um pequeno recorte de tipologia colonial, cujo tombamento remonta a 1951, e, ainda, com o perímetro do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico, protegido em 1978 e ratificado em 2004, que inclui exemplares ecléticos, *art déco* e modernistas, além de edificações contemporâneas.

Remonta à década de 1930, em meio ao processo de transferência da capital do estado da cidade para Goiânia, o início de um processo de reconhecimento do patrimônio vilaboense² em instância regional, e a cidade só recebeu a visita oficial do IPHAN, então SPHAN³, anos mais tarde, em 1948.

A inspeção aconteceu em atendimento a um convite por parte do governo do estado de Goiás àquele órgão, que almejava o reconhecimento da cidade como monumento

² Vilaboense é o gentílico utilizado para se referir à pessoa oriunda da Cidade de Goiás.

³ SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi um dos nomes atribuídos ao órgão federal responsável pela preservação de bens materiais e imateriais, hoje chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

nacional, acompanhando a proteção realizada em Ouro Preto e Alcântara⁴. Pela visita ficou encarregado o arquiteto do órgão, Edgar Jacintho da Silva. Este procedeu à identificação das principais edificações, como igrejas e habitações mais relevantes, e monumentos públicos, como os chafarizes, por meio de levantamentos preliminares e fotográficos, que foram organizados em três categorias: as que compunham o conjunto urbanístico da cidade; edificações e monumentos públicos, igrejas e determinadas casas e sobrados de função habitacional que remontavam ao século XVIII e cujo valor residiam duplamente por sua monumentalidade e pela excepcionalidade de suas soluções técnicas; e, por fim, o partido urbanístico que considerou ter permanecido inalterado (TAMASO, 2007, p. 121).



Figura 1 - Conjunto Arquitetônico Colonial da Cidade de Goiás.

Fonte: Jornal O Popular 2020.

Ademais, Jacintho da Silva acolheu os esforços empreendidos a fim de promover o trabalho do artista local, Veiga Vale, e finalizou seu parecer recomendando o aprofundamento nos estudos sobre as edificações, que a seu ver, eram valiosas e deveriam, portanto, ser preservadas. Contudo, apesar dos anseios estaduais e sob alegação de estarem muitas de suas edificações descaracterizadas, a preservação salvaguardou apenas alguns de seus monumentos e logradouros de forma isolada.

A proteção federal⁵ ocorreu, de fato, a partir de 1950 (figura 2), preservando o

4 A cidade mineira Ouro Preto foi tombada pelo IPHAN em 1938, e a maranhense, Alcântara, em 1948.

5 O encaminhamento para inclusão nos Livros do Tombo se deu pelo técnico Alcides da Rocha Miranda, ainda em 1948.

largo do Chafariz, a rua João Pessoa⁶, as igrejas de Nossa Senhora da Abadia, de Nossa Senhora da Boa Morte, de Nossa Senhora do Carmo, de São Francisco e de Santa Bárbara, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, o Palácio dos Governadores bem como algumas de suas esculturas, a sede do antigo Quartel do XX Batalhão de Infantaria e o Chafariz da Boa Morte. Em 1953, é tombada a Igreja de São João Batista, no antigo Arraial do Ferreiro, único tombamento em área rural⁷ (TAMASO, 2007, p.132).

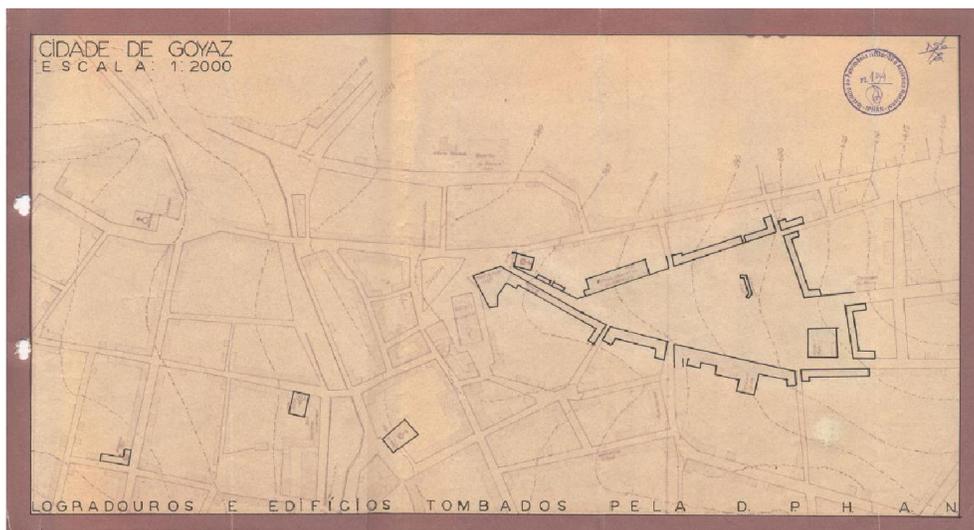


Figura 2 - Planta de trecho da cidade de Goiás com a identificação dos bens tombados nos anos 1950.

Fonte: Processo de tombamento nº 0345-T-42, Volume I, fl. 154.

A patrimonialização das cidades brasileiras dos séculos XVII e XVIII correspondia a um anseio de preservação de uma estética barroca tida como referência do que viria a ser uma autêntica produção artística nacional, conformando uma identidade brasileira, e, portanto, conforme apontou Marcia Sant’Anna (1995, p.124), fazê-lo era contribuir para manter “certas configurações urbanas excepcionais como registro de memória e representação de uma tradição”.

Fonseca e Oliveira (2017, p.5) ponderam que:

Apesar do estilo Barroco ter se expandido no território brasileiro, as construções goianas que datam dos primeiros cinquenta anos de colonização, expressam um estilo caracterizado como *colonial-brasileiro*, mais simples e despojado que o Barroco português. Edifícios públicos e moradas são feitos de pau-a-pique, taipa ou adobe, em sua maioria, sem ornamentação significativa. Somente no interior das igrejas se notam traços de um Barroco tardio, expressos em imagens, talhas e pinturas, encomendadas aos poucos artesãos e pintores residentes na região.

⁶ Antiga rua da Fundação.

⁷ Ver Processo de Tombamento n. 345 –T-42, Volume I.

A arquitetura vilaboense se apresentava, portanto, com certa simplicidade, e seu conjunto, com relativa austeridade. Entretanto, sua excepcionalidade conjugada aos valores artísticos e históricos que lhe foram atribuídos garantiram a escolha dos bens a serem salvaguardados, bem como fomentaram o debate concernente à relevância da cidade. Segundo parecer técnico⁸ do IPHAN, não havia

prédios artísticos, nem obras públicas de grande valor econômico ou escultural. Entretanto, a cidade em si, em seu conteúdo, pela sua posição na vida política de Goiás, pelas suas tradições, pela sua poesia, etc., constitui um conjunto rico em sentido histórico.

Tratava-se de um momento em que os critérios de seleção dos bens históricos e artísticos estavam alinhados à perspectiva estética, mas que, conforme se vê no conteúdo do parecer técnico, progressivamente sinalizava uma evolução conceitual da patrimonialização, que passaria a considerar aspectos para além do objeto em si. Àquele momento, entretanto, não foi suficiente para tombar o conjunto urbano da cidade, salvaguardando isoladamente edificações e pequenos conjuntos arquitetônicos de feição barroca – ou colonial-brasileira –, considerados representativos das características então valoradas.

O restante do conjunto não foi considerado possuidor da integridade necessária no que diz respeito a seus aspectos tradicionais, ou ainda pela inserção, no conjunto, de tipologias outras, como o eclético, que conferia aspecto heterogêneo admitido como depreciativo.

A partir da década de 1970, observa-se uma nova postura adotada pelo IPHAN, a partir da ressignificação do conceito de patrimônio que passa, adicionalmente, a considerar as possibilidades de seu aproveitamento enquanto vetor de desenvolvimento econômico e turístico (SANT’ANNA, 1995). Assim, o órgão de preservação desenvolveu o *Roteiro Histórico de Goiás Velho* (figura 3), a cargo de dois de seus técnicos: o arquiteto Alcides da Rocha Miranda e a arquiteta Belmira Finageiv.

Objetivando aplicar o tombamento, os arquitetos debruçaram-se sobre o conjunto arquitetônico e urbanístico situado no entorno imediato das edificações anteriormente tombadas, e nas áreas dos três principais largos da porção histórica da cidade que estruturam seu tecido urbano: largo do Rosário, do Coreto e do Chafariz, considerando, ainda, a proteção empreendida pelo poder municipal em 1975⁹.

A defesa da ampliação do tombamento se apoiou em três argumentos principais¹⁰. O primeiro apontava que este asseguraria a preservação da ambiência dos bens previamente

8 Parecer técnico nº 501, de 18 de novembro de 1942, do relator Moysés Costa Gomes. Processo de tombamento nº 0345-T-42, Anexo I, fls 0003-0004.

9 Lei Municipal nº 16/1975. Fonseca e Oliveira (2017) apontam que no contexto local, uma elite intelectual somava esforços com a municipalidade a fim de proteger o *“Roteiro Histórico e Artístico da cidade de Goiás”*, a fim de fomentar a exploração turística e o desenvolvimento econômico.

10 Parecer da museóloga Lygia Martins Costa, então chefe de Sessão de Arte do IPHAN. Processo de tombamento nº 0345-T-42, Volume III.

e suas características de adaptação locais, bem como a manutenção da integridade das estruturas edificadas, e por estar em conformidade com as categorias e critérios – de seleção e de gestão de bens – definidos pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, em dezembro de 2001 a cidade recebeu o título de Patrimônio Mundial da UNESCO.

A área contemplada correspondia à porção tombada em 1978 e parte de seu entorno. Segundo Jukka Jukkiletho, relator do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios):

(ii) – com seu traçado e sua arquitetura, a cidade histórica de Goiás é um notável exemplo de uma cidade com características européias admiravelmente adaptada às condições climáticas, geográficas e culturais da área central da América do Sul.

(iv) - Goiás representa a evolução de uma forma de estrutura urbana e arquitetônica representativa da colonização da América do Sul, que fez uso completo dos materiais e técnicas locais e conservou sua excepcional paisagem (PROCESSO DE TOMBAMENTO n° 0345-T-42, Anexo IV, fl 0420).

E de forma a acompanhar as perspectivas contemporâneas adquiridas pelo patrimônio urbano, propôs-se, em 2004, a reabertura do processo de tombamento n° 345-T-42, seguindo a construção de valores anteriormente construída no Dossiê. Com a reabertura do debate, pretendeu-se proteger da especulação do solo urbano as áreas adjacentes ao conjunto urbano histórico, de forma a manter sua ambiência.

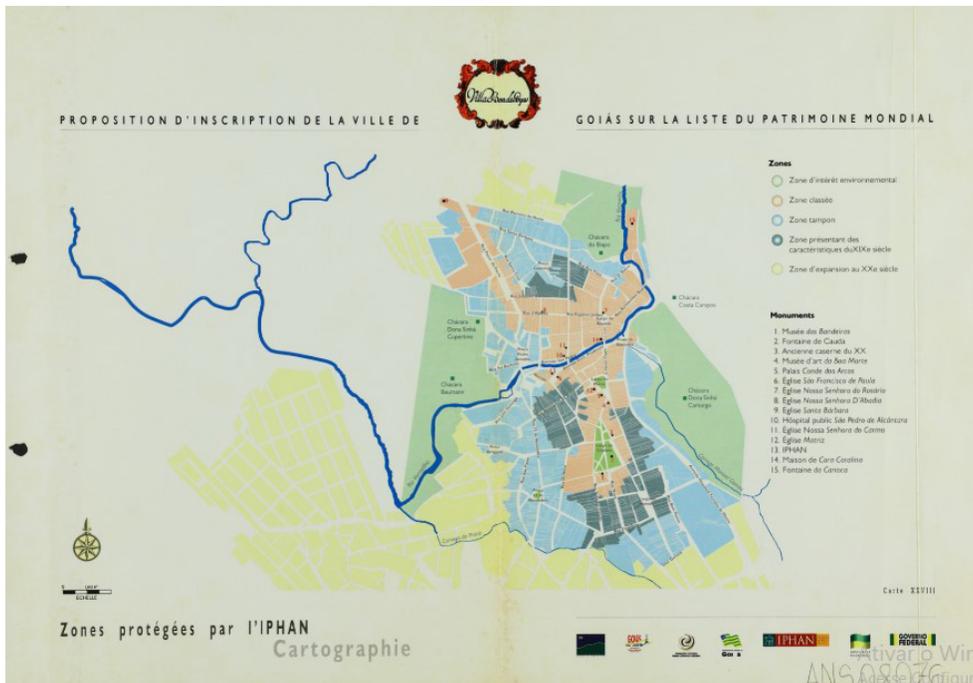


Figura 4: Área Urbana inscrita na lista do Patrimônio Mundial. Foram classificadas quatro zonas: 1. Em rosê e azul escuro, preservação principal (proposta de redefinição da área de tombamento) que consistia na ampliação da área tombada em 1978; 2. Entorno (corresponder ao então entorno) em azul claro; 3. áreas de interesse ambiental, em verde e 4. Áreas de expansão da ocupação no século XX em amarelo.

Fonte: Acervo Digital do IPHAN

A partir de então, passaram a ser consideradas como áreas correspondentes ao traçado urbano consolidado da cidade até o início do século XX, as áreas ocupadas por chácaras urbanas, consideradas zonas de transição, limites físicos e visuais da zona histórica, e, ainda, elementos de composição da paisagem urbana (GALVÃO JUNIOR; BERTRAN, 1987).

Foram também inseridas no perímetro rerratificado¹¹ do tombamento de 2004 as áreas anteriormente consideradas *entorno*, por manterem características arquitetônicas similares às encontradas nas áreas tombadas, inclusive no que concerne à estrutura e programa, e, ainda, em função de seu traçado urbano ter se mantido preservado e as áreas de extensão terem seguido a mesma lógica de implantação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a preservação está diretamente ligada à história, que por sua vez está

11 Foi importante para essa nova construção de valores, a realização de três inventários: Inventário Nacional de Bens Imóveis – INBI, Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, e, Inventário de Configuração dos Espaços Urbanos – INCEU. Os dois últimos foram aplicados em caráter experimental.

ligada à cultura, fator predominante na definição de características e individualidade de cada povo, foi imprescindível a utilização do conceito de preservação e, sobretudo, sua evolução. A partir desta última, além de englobar os aspectos material e físico do local, considerou também sua dimensão antropológica no âmbito de um patrimônio imaterial e seus aspectos naturais, orientando-os na perspectiva de se alcançar uma proteção mais abrangente do bem em questão.

Foi a partir da década de 1970, devido a essa evolução conceitual que passou a considerar não apenas aspectos estéticos ou objeto em si, que a Cidade de Goiás teve a chance de ampliar sua área de tombamento, harmonizando a relação entre paisagem cultural e objeto construído. A experiência vilaboense de ampliação e revisão contínua de seus limites e parâmetros de tombamento representa o processo evolutivo que o conceito de valoração sofreu em contexto internacional e, também por isso, é bastante significativa.

Nesse sentido, o texto evidenciou como a participação e o engajamento dos órgãos responsáveis pela preservação e gestão do patrimônio histórico e cultural nacional se fizeram importantes mediante a tomada de decisões e mudança do pensamento coletivo quanto a determinados assuntos, alterando os rumos de toda uma comunidade.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

DOSSIÊ de Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiânia, 2000. CD-ROM, 6 anexos.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc – IPHAN, 2005.

FONSECA, Thalita P.; OLIVEIRA, Karine C. “O moderno em meio à tradição: o caso da Cidade de Goiás – GO”. In: **ATAS DO XII COLÓQUIO INTERNACIONAL TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO MUNDO IBEROAMERICANO**. Porto, jul. 2017, p. 1-22.

GALVÃO JÚNIOR, José Leme; BERTRAN, Paulo. **Evolução Urbana da cidade de Goiás no período colonial**. Belo Horizonte: (sem publicação), 1987.

MORELATO, Andressa da Silveira. “A ampliação das ações de preservação do Patrimônio Histórico: Do Monumento isolado à paisagem cultural”. **Revista do Colóquio de Artes e Pesquisa do PPGA-UFES – Universidade Federal do Espírito Santo**. Vitória, v.1, n2, 2012, pp. 63-86.

PINHEIRO, Maria Lucia. “Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil”. In: **RISCO**. São Paulo: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - EESC -USP, Vol.3, N.2, 2006, pp.4-14.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Cotia: Ateliê, 2008.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937- 1990). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

SAPIEZINKAS, Aline. "Do Patrimônio Histórico ao Patrimônio Cultural: Diálogos e Interações na aplicação das políticas públicas de preservação". In: **HABITUS**, v. 6, n. 1/2, jan./dez. 2008. pp. 67-101.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio** – Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acústica de salas 2, 3, 14

Acústica de salas de aula 2

Ambientes de trabalho 69, 70, 71, 75, 80, 81, 89

Arquitetura 16, 17, 18, 19, 20, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 81, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 103, 104

Arquitetura saudável 69, 70, 81, 88, 89

Aurilização 2, 3, 7, 8, 11, 12, 13

Avaliação 1, 3, 14, 15, 75, 80, 87, 91, 103, 105

B

Brasil 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 43, 54, 59, 60, 67, 68, 69, 73, 75, 79, 80, 88, 90, 93, 95, 97

C

Centro histórico 45, 48, 55

Cidade 16, 20, 22, 26, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 79, 91, 100, 105

Conforto térmico 78, 83

Conservação 29, 41, 47, 56, 57, 58

Construção 1, 17, 23, 33, 39, 40, 43, 45, 46, 50, 51, 56, 57, 64, 65, 66, 71, 72, 78, 81, 84, 88, 105

Construção civil 88

Consumo 29, 32

E

Educação 20, 28, 39, 55, 56, 59, 92, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106

Ensino 1, 2, 3, 7, 13, 15, 94, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106

Ergonomia 78, 88, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 103

Escola 45, 81, 93, 100, 101, 103, 104

F

Fragilidades socioespaciais 16

G

Goiás 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 63,

64, 65, 67, 68

H

História urbana 38

I

Impacto 27, 33, 35, 69, 70, 71, 72, 80, 81, 84, 88, 93

Índice de articulação 2, 3, 12, 13

Infraestrutura 30, 103

Inteligibilidade 1, 2, 3, 8, 13, 14, 15

L

Legislação 36, 73, 80

M

Mapeamento 102

P

Paisagem urbana 45, 52, 66

Patrimônio 38, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Patrimônio moderno 49

Periferia global 16

Pesquisa 1, 3, 4, 7, 14, 23, 24, 34, 54, 67, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103

Planejamento 20, 75, 89, 98

Planos 31, 45

Política 16, 17, 18, 20, 21, 27, 31, 33, 35, 36, 47, 63, 67

Prática 19

Preservação 38, 40, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 73

Processos 18, 50, 74, 86, 98

Psicologia Ambiental 69, 70, 74, 75, 87, 88

Q

Qualidade de vida 30, 31, 59, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 87, 88, 89, 90

R

Revisão bibliométrica 92, 94

Revisão sistemática 92, 94, 102, 103, 104

Revitalização 50

S

Saúde 1, 4, 7, 20, 31, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 98, 99, 100

Segurança 28, 85, 93

Simulação acústica 2, 3, 8, 9, 10, 14

Síndrome do Edifício Doente 69, 70, 75, 81, 83, 88, 89, 90

Sociedade 22, 31, 41, 56, 80, 88

T

Técnica 16, 17, 18, 27, 31, 32, 36, 101

Território 16, 20, 31, 38, 40, 49, 62, 64, 72

U

Urbanismo 16, 17, 18, 19, 20, 28, 30, 32, 38, 53, 55, 67, 69, 75, 99, 103, 104

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Pesquisas, processos e práticas em
**arquitetura
e urbanismo**

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Pesquisas, processos e práticas em
arquitetura
e urbanismo
2